cadastral de "ativo não regular" importa no recolhimento antecipado de débitos do ICMS, na forma da Instrução Normativa n. 13/2005. 3. A falta de recolhimento do diferencial de alíquota sujeita o contribuinte às penalidades previstas na legislação do ICMS, sem prejuízo do pagamento do imposto devido. 4. A compensação de débitos de ICMS com créditos acumulados, quando não advindas do regime normal de apuração do próprio estabelecimento, depende de autorização do Secretário da Fazenda. 5. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 28/04/2008. VOTO CONTRÁRIO: Vencido o voto do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo conhecimento e provimento do Recurso.

(*) Republicado por ter saído com incorreções.

ACÓRDÃO Nº 1820

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS (*)

ACÓRDÃO Nº 1820 – 1ª CPJ. RECURSO Nº 3915 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.º 372006510002411-1). CONSELHEIRO RELATOR NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: WLADEMIR NOGUEIRA JÚNIOR. **EMENTA:** 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A situação cadastral de "ativo não regular" importa no recolhimento antecipado de débitos do ICMS, na forma da Instrução Normativa n. 13/2005. 3. A falta de recolhimento do diferencial de alíquota sujeita o contribuinte às penalidades previstas na legislação do ICMS, sem prejuízo do pagamento do imposto devido. 4. A compensação de débitos de ICMS com créditos acumulados, quando não advindas do regime normal de apuração do próprio estabelecimento, depende de autorização do Secretário da Fazenda. 5. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 28/04/2008. VOTO CONTRÁRIO: Vencido o voto do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo conhecimento e provimento do Recurso.

(*) Republicado por ter saído com incorreções.

ACÓRDÃO Nº 1884

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS (*)

ACÓRDÃO N. 1884 – 2ª CPJ. RECURSO N. 3850 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 072007510000017-3). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO. **EMENTA:** 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O instituto da denúncia espontânea não se aplica quando se trata de descumprimento da obrigação de entrega da declaração, na forma do § 1º, art. 7º, da Lei 6.182/1998, c.c art. 734, do RICMS-Dec. nº 4.676/2001. 3. Entregar a declaração SINTEGRA fora do prazo, e após o último dia do mês subsequente à data prevista na legislação tributária, sujeita o contribuinte às penalidades da lei. 4. Recurso voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: POR VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/04/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 15/04/2008. VOTO CONTRÁRIO: CONSELHEIROS: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA E FERNANDO ACATAUASSÚ NUNES QUE VOTARAM PELO PROVIMENTO DO RECURSO.

(*) Republicado por ter saído com incorreções.

ACÓRDÃO Nº 1888

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.1888- 2a. CPJ. RECURSO N.3862 - RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372006510003633-0. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ. **EMENTA:** 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A situação cadastral de "ativo não regular" importa no recolhimento antecipado de débitos do ICMS, na forma da Instrução Normativa n. 13/2005. 3. A falta de recolhimento do diferencial de alíquota sujeita o contribuinte às penalidades previstas na legislação do ICMS, sem prejuízo do pagamento do imposto devido. 4. A compensação de débitos de ICMS com créditos acumulados, quando não advindas do regime normal de apuração do próprio estabelecimento, depende de autorização do Secretário da Fazenda. 5. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 24/04/2008.

ACÓRDÃO Nº 1889

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.1889- 2a. CPJ. RECURSO N.3864 - RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372006510003634-9. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ. **EMENTA:** 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A situação cadastral de "ativo não regular" importa no recolhimento antecipado de débitos do ICMS, na forma da Instrução Normativa n. 13/2005. 3. A falta de recolhimento do diferencial de alíquota sujeita o contribuinte às penalidades previstas na legislação do ICMS, sem prejuízo do pagamento do imposto devido. 4. A compensação de débitos de ICMS com créditos acumulados, quando não advindas do regime normal de apuração do próprio estabelecimento, depende de autorização do Secretário da Fazenda. 5. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 24/04/2008.

ACÓRDÃO Nº 1890 ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.1890- 2a. CPJ. RECURSO N.3863 - RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372006510003667-5. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ. **EMENTA:** 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A situação cadastral de "ativo não regular" importa no recolhimento antecipado de débitos do ICMS, na forma da Instrução Normativa n. 13/2005. 3. A falta de recolhimento do diferencial de alíquota sujeita o contribuinte às penalidades previstas na legislação do ICMS, sem prejuízo do pagamento do imposto devido. 4. A compensação de débitos de ICMS com créditos acumulados, quando não advindas do regime normal de apuração do próprio estabelecimento, depende de autorização do Secretário da Fazenda. 5. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 24/04/2008.

ISENÇÃO DE ICMS - GABINETE DO SECRETÁRIO PORTARIA Nº 031 DE 14 DE MAIO DE 2008

O Secretário Adjunto de Receitas de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida pela PORTARIA Nº 0314, de 17/09/2007 e, tendo em vista os termos do Processo n.º 002008730007730-5/SEFA, RESOLVE :

Reconhecer o direito à isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, do Convênio ICMS 03, de 19 de janeiro de 2007 e do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, arts. 1º e 50 do Anexo II, em favor de YURI MARTINS NAGAMINE, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob o n.º 332.258.048-27, na aquisição de um veículo marca FORD, TIPO PASSEIO, MODELO FIESTA HATCH 1.0 ANO/MODELO 2008, COM 71/73 CV, cujo preço de venda ao consumidor sugerido pelo fabricante/concessionária é de R\$ 29.702,00 incluídos os tributos incidentes, VEÍCULO AUTOMOTOR COM SISTEMA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA, conforme LAUDO MÉDICO emitido pelos Médicos Sociedade Civil Ltda. - CLIMEPT - Clínica de Medicina e Psicologia de Trânsito, de 02 de outubro de 2007.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DA FAZENDA, 14 de maio de 2008.

WALCIR MARÇAL NOGUEIRA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA

ACÓRDÃO Nº 1894

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.1894- 2a. CPJ. RECURSO N.3861 - RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372006510003564-4. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ. **EMENTA:** 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A situação cadastral de "ativo não regular" importa no recolhimento antecipado de débitos do ICMS, na forma da Instrução Normativa n. 13/2005. 3. A falta de recolhimento do diferencial de alíquota sujeita o contribuinte às penalidades previstas na legislação do ICMS, sem prejuízo do pagamento do imposto devido. 4. A compensação de débitos de ICMS com créditos acumulados, quando não advindas do regime normal de apuração do próprio estabelecimento, depende de autorização do Secretário da Fazenda. 5. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 24/04/2008.

PORTARIAS - IPVA

PORTARIA N.º1102-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300025475/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º, XII da Lei 6017/96, incluído pela Lei 6706/04

Interessado: Christine Susan Moore Serrão

Marca Tipo Chassi

TOYOTA/COROLLA XLI16VVVT Pas/Automovel

9BR53ZEC138505014

PORTARIA N.º1103-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300005636/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a imunidade do IPVA ao veículo para o ano de 2004

Base Legal: conv viana 18/04/61 dec leg 103/64 e 56.435/65

Interessado: Ana Luisa Pinto Baltazar Nunes Barata

Marca Tipo Chassi

FORD/ECOSPORT XLS 1.6L Mis/Camioneta

9BFZE12N558642249

PORTARIA N.º1104-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300005636/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a imunidade do IPVA ao veículo para o ano de 2005

Base Legal: conv viana 18/04/61 dec leg 103/64 e 56.435/65

Interessado: Ana Luisa Pinto Baltazar Nunes Barata

Marca Tipo Chassi

FORD/ECOSPORT XLS 1.6L Mis/Camioneta

9BFZE12N558642249

PORTARIA N.º1105-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300005636/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a imunidade do IPVA ao veículo para o ano de 2006

Base Legal: conv viana 18/04/61 dec leg 103/64 e 56.435/65

Interessado: Ana Luisa Pinto Baltazar Nunes Barata

Marca Tipo Chassi

FORD/ECOSPORT XLS 1.6L Mis/Camioneta

9BFZE12N558642249

PORTARIA N.º1106-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300026560/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Nildo de Oliveira Rodrigues

Marca Tipo Chassi

FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX Pas/Automovel

9BD15822764702770

PORTARIA N.º1107-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300026510/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Flavio Moraes de Souza Junior

Marca Tipo Chassi

VW/GOL 1.0 COPA Pas/Automovel 9BWCA05W26T168663

PORTARIA N.º1108-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300026110/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Geraldo Santos

Marca Tipo Chassi

TOYOTA/COROLLA XEI18VVVT Pas/Automovel

9BR53ZEC258596238

PORTARIA N.º1109-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300026382/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Sebastiao Dantas Blanco

Marca Tipo Chassi

FIAT/SIENA FIRE FLEX Pas/Automovel 9BD17203G73236822

PORTARIA N.º1110-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300026412/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Maria Goncalves Ramalho

Marca Tipo Chassi

FIAT/SIENA ELX FLEX Pas/Automovel 9BD17201M83434028

PORTARIA N.º1111-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 0420087300047044/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Gilberto Soares Diniz

Marca Tipo Chassi

VW/SANTANA Pas/Automovel 9BWZZ327VP010717

PORTARIA N.º1112-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300026048/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Pedro Messias Gonçalves Ramalho

Marca Tipo Chassi

GM/CORSA WIND Pas/Automovel 9BGSC68Z01B180625

PORTARIA N.º1113-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300025254/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Maria Santos Costa

Marca Tipo Chassi

FIAT/SIENA FIRE FLEX Pas/Automovel 9BD17203G73234649

PORTARIA N.º1114-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300026579/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Raimundo Luiz de Sena Farias

Marca Tipo Chassi

FIAT/SIENA ELX FLEX Pas/Automovel 9BD17201A73323899

PORTARIA N.º1115-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 15/05/2008 - PROC N.º 1920087300026609/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2008

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei